ATA NÚMERO CATORZE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA DEZOITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS ----------

---

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, sala de Sessões da Sede do Município, compareceram o Senhor Bruno José Peixoto Gonçalves Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Francisco Maria Carrajola de Sousa, Vice-Presidente, Albano Joaquim Mestre Pereira, Sónia Regina Sobral Gonçalves, Teresa de Lurdes Pereira Serrão Gonçalves, Fábio Daniel de Figueira Pereira e Cláudia Sofia Sebastião Estêvão, Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal. ----------

---

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, às dez horas ----------

---

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: ----------

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO ----------

---

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Artur Ceia que veio colocar três questões:

1. ESTACIONAMENTO DO BAIRRO DOS SERROTES EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ ----------

Solicitou esclarecimentos a pedido de um residente que enviou uma carta a quatro de maio para a Câmara Municipal, à qual ainda não obteve resposta, e além disso, salientou que residiu no Bairro dos Serrotes durante algum tempo e, é onde atualmente a sua filha reside e por isso tem também ele interesse pelo Bairro. ----------

Referiu que quando foi feito o projeto de requalificação daquele Bairro não foi acautelado o estacionamento para três blocos que ficaram sem estacionamento perto das frações. Tratam-se de blocos onde residem pessoas já com idade avançada e que têm alguma dificuldade de locomoção, tornando difícil pequenas tarefas como fazer compras, uma vez que teriam que andar entre cem a duzentos metros carregados. Além disso impossibilitava também o acesso a carros de urgência e meios de socorro. ----------

Foi por isso o assunto discutido em Reunião de Câmara com o anterior executivo, tendo sido alterando o projeto e criados alguns lugares de estacionamento para os três blocos, que atualmente não estão a servir o intuito para que foram criados. Toda a gente estaciona naquele local e inclusivamente estão carros abandonados naqueles lugares de estacionamento. ---------

Irá entregar cópia da carta remetida pelo município em maio e também a resposta dada pela Câmara Municipal em dois mil e vinte e quatro, onde informava que aqueles lugares de estacionamento eram destinados àqueles blocos. ----------

O Senhor Presidente informou que quanto ao estacionamento de carros abandonados, os serviços têm estado particularmente atentos a estas situações. Fará chegar a informação aos serviços respetivos, por forma a que procedam dentro do que é possível para resolver esta situação. ----------

---

2 . INSTALAÇÕES DO ANTIGO IGAPHE NA GALIZA – VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ ----------

A segunda questão, já tinha sido colocada ao anterior executivo e tem a ver com as Instalações do antigo IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado). Na altura questionou sobre este assunto, mas não teve uma resposta clara sobre as pretensões da Câmara Municipal relativamente àquele espaço, que estaria à época sob a jurisdição da AICEP. ----------
No plano de atividades da AICEP em dois mil e vinte e três ou dois mil e vinte e quatro – não se recorda exatamente da data – estava previsto a venda daquele terreno para efeitos imobiliários e turísticos. ----------
Coloca a questão novamente para saber qual a posição do executivo relativamente ao espaço, e se existe alguma intenção. ----------
O Senhor Presidente quanto a este assunto informou que está um projeto em fase de aprovação para habitação diferenciada, co-working e terá também um espaço desportivo. ------
Mais referiu que sendo propriedade privada, e se não for contra os instrumentos de regulação do território de Santiago do Cacém e da lei geral da República, será bem recebido pela Câmara Municipal. A política é não colocar entraves a nada do que seja sustentado e sustentável tendo em conta a falta de habitação que existe no Concelho, salvaguardadas as integrações paisagísticas e o respeito dos instrumentos de território e da legislação em geral. --
----
3. ORÇAMENTO PARA O CORRENTE ANO----------
- Terminal Rodoviário de Vila Nova de Santo André – Apesar de não ter as datas presentes, sabe que este é um assunto bastante antigo. Fez parte do programa eleitoral, e está em Orçamento a requalificação deste espaço. ----------
Referiu ter a ideia, que poderá estar errada, de que a execução do Terminal seria uma das contrapartidas da SONAE aquando da construção do Hipermercado Continente. Não tem a certeza, e por isso questiona a Câmara Municipal se conseguiria informar se o espaço fazia realmente parte das contrapartidas aquando da venda do Terreno. ----------
Considerou que o terminal já devia ter sido intervencionado há bastante tempo. Esclareceu que quando fala do terminal refere-se à estrada, à paragem de táxis e à pala de proteção. -------
O Senhor Presidente informou que esta questão está em fase de resolução. Estão finalmente a passar os táxis para o outro lado da rua, o que tem provocado um grau de satisfação grande, nomeadamente da parte de quem presta estes serviços, sendo que é um procedimento relativamente fácil de fazer. ----------
Quanto ao terminal rodoviário independentemente de anteriores acordos com a SONAE, é um equipamento da Câmara Municipal e em breve será realizada uma hasta pública para a exploração daquele espaço. O procedimento está a ser tratado pelos serviços, existe muita procura de informação mesmo antes deste procedimento ser aberto, e por isso considera que irá correr bem. ----------
- Valorização do Património Histórico e Cultural – Consta também do programa eleitoral e ao analisar as AMR e PPI verificou cerca de 80.000,00€ (oitenta mil euros) para a requalificação do edifico municipal e nas AMR 15.000,00€ (quinze mil euros) não consegui perceber exatamente para quê. Questionou se neste orçamento para 2026 não estão contempladas verbas para a requalificação do restante edificado que pertence à Câmara Municipal que está na zona histórica de Santiago do Cacém. ----------
O Senhor Presidente informou que quanto à parte cultural e ao centro histórico, de um modo geral os orçamentos, têm como objetivo refletir a realidade do que se vai passar durante o ano,

mas na prática não é assim. Coloca-se em orçamento aquilo que é a ideia fazer-se, mas não é colocado por exemplo o financiamento externo.----------
Tudo o que é equipamentos culturais, nomeadamente a Sociedade Harmonia, a Sociedade Recreativa Filarmónica União Artística em Santiago, o Centro Pedagógico Alda Guerreiro em Santo André, precisam de obras, e algumas delas de elevada monta. ----------
A intenção será procurar fazer estas intervenções com base nos ARI (Autorizações de Residência para Atividade de Investimento), conhecidas como Vistos Gold, que existem e que permitem consecutivamente a acumulação de investimento de cerca de duzentos mil euros vezes dez ou seja, uma média de dois milhões retirados os 10% (dez por cento) para uma das entidades do Estado e 5% (cinco por cento) para outra ligadas à cultura, portanto menos 15% (quinze por cento). Falaremos de 1.600.000,00€ (um milhão e seiscentos mil euros) e 1.750.000,00€ (um milhão e setecentos e cinquenta mil euros) para estas instituições. É entendimento do executivo, aproveitar tudo o que for possível financiar externamente fazendo obra para o município. ----------
O orçamento municipal é parco, são cinquenta e cinco milhões e meio de euros, mais o que resulta de alguma não execução anterior, e com a acumulação do saldo estamos a falar de valores que não ultrapassarão muito os sessenta e oito milhões de euros para um território de 1.060 km² de cerca de trinta mil pessoas com tendência para duplicar, o que é muito pouco. ---
Quanto ao Palácio dos Condes da Avillez, existem duas hipóteses, ou o Município realiza uma hasta pública para um comodato a várias décadas com privados com garantias de qualidade, onde tomarão conta do palácio e das antigas cavalariças em frente para terem o grau mínimo de exploração possível com margem de lucro, ou, será o Município a recuperá-lo para equipamento cultural com base em financiamento externo continuando tudo na esfera da Município. ----------
Mais referiu que o Palácio dos Condes de Avillez, tal como as Cavalariças, são propriedade do Município, a Sociedade da Harmonia é da própria, tal como acontece com a Sociedade Recreativa Filarmónica União Artística. Em relação ao Centro de Atividades Pedagógicas Alda Guerreiro, em Vila Nova de Santo André está na esfera do Ministério da Educação. Os executivos anteriores sempre declinaram a passagem deste equipamento para o Município, e até se percebe porquê, uma vez que seria uma passagem praticamente sem fundos e por isso mais um encargo fixo para a autarquia. A posição do atual executivo é de que, se houver condições e a garantia de um financiamento e da manutenção do espaço, não terão qualquer problema em assumir o CAPAG para a esfera municipal. Posição contrária têm, por exemplo, em relação os caminhos paralelos da A26 que a IP tenta empurrar à força para o Município, que não quer receber porque depois há a necessidade de um custo muito grande de manutenção que a Câmara Municipal não tem hipótese de suportar, pelo menos enquanto as transferências de verbas para o orçamento Camarário rondar os cinquenta e cinco e os sessenta milhões de euros para um município uma dimensão de Santiago do Cacém.----------
- <u>Vários projetos para Vila Nova de Santo André</u> – Coloca a questão dos projetos de construção e requalificação da Escola nº 1 de Vila Nova de Santo André, das Piscinas Municipais e do Auditório Municipal em Vila Nova de Santo André. Verificou uma quantia de 336.000,00€ (trezentos e trinta e seis mil euros) para a requalificação da Escola nº 1, 200.000,00€ (duzentos mil euros) para as Piscinas Municipais e 400.000,00 (quatrocentos mil euros) para o Auditório Municipal. ----------

Ficou um pouco perplexo com estes valores de projetos. Não é engenheiro civil, nem arquiteto, mas ficou surpreso quando comparativamente, e por exemplo, viu o valor que é público que está definido para a construção do complexo das piscinas municipais junto ao estádio municipal de Aveiro, que é de 78.000,00€ (setenta e oito mil euros), pelo que questionou como foram calculados estes valores de projeto.----------
O Senhor Presidente esclareceu que em relação os valores de projeto, são valores considerados para projeto de arquitetura e especialidades, e, eventualmente em caso de aprovação dos mesmos, e tecnicamente havendo hipótese, poder haver já obra propriamente dita durante o ano de 2026.----------
São valores meramente indicativos, podendo haver a necessidade de reduzir ou de reforçar. ---
- Aquisição de terrenos – Na página 3 do documento, no PPI, está uma rúbrica de 200.000,00€ (duzentos mil euros) para aquisição de terrenos, tendo solicitado o esclarecimento de que terrenos se tratam. ----------
- Apoios às IPSS – Relativamente às AMR estava também no programa eleitoral a questão dos apoios às IPSS, verificou que existe uma quantia de 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros). Questionou se esse valor contempla a elaboração dos planos de segurança para estas instituições e se envolve, além disto, algum valor acrescido para o Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Padre Manuel Malvar em Vila Nova de Santo André. ----------
O Senhor Presidente informou que não está previsto nenhum apoio adicional para a ERPI de Vila Nova de Santo André. O Município, em terreno e em logística, já tem um investimento muito avultado e que representa bastante em relação ao orçamento.----------
- Reforço da transferência de competências para as Juntas de Freguesia – Também no programa eleitoral é mencionado o reforço da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, no entanto no que refere às transferências correntes não vê nenhum reforço, e, relativamente às transferências de capital só vê reforço para as Freguesias de Alvalade e de Cercal do Alentejo. ----------
- Auditorias forenses – No documento não encontrou as rubricas relativas à questão das auditorias forenses, que foram aprovadas em Reunião de Câmara, por proposta do partido CHEGA, pelo que questionou em que estado se encontra o processo. ----------
- Custos com pessoal – Referiu que gostaria de congratular a Câmara Municipal pela decisão de aumentar os custos com pessoal. Contrariamente ao que foi dito muitas vezes em Reunião de Câmara, e enquanto Vereador, ouvia noutras bancadas que não o executivo, sendo que era voz pública, haverem funcionários a mais na Câmara Municipal e que se gastava muito em custos com pessoal. Quer afirmar perentoriamente, que sempre foi da opinião que não havia trabalhadores a mais, e pelo contrário, sempre considerou haverem trabalhadores a menos, como se comprova agora com este orçamento, que aumenta significativamente as despesas com pessoal. ----------
Não é uma crítica, é algo objetivo e que valoriza na intenção da Câmara Municipal, relativamente a este e aos próximos orçamentos. ----------
O Senhor Presidente concorda que por vezes há a ideia errada de que existem trabalhadores a mais. Pessoalmente também julgou que em alguns setores haveria trabalhadores em excesso, mas o que constataram foi exatamente o contrário. No decorrer destes sete meses foram identificados a nível dos recursos humanos uma falta de meios humanos em grande parte dos serviços, começando pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos (DGRH), que desenvolvem todos os procedimentos de recrutamento, a Divisão de Ordenamento e Gestão

Urbanística (DOGU) que também está especialmente debilitada, numa área tão importante que tem a ver com a habitação, urbanismo, etc. ----------
Existem serviços que estão bem, mas, de um modo geral a situação é de falhas. ----------
As tabelas salariais são as impostas a nível nacional, o executivo o que fez, mal chegou, e por forma a melhorar a vida dos trabalhadores, foi tentar beneficiar em pequenas coisas que são possíveis, nomeadamente, tolerâncias de ponto, que não prejudicam a produtividade, pelo contrário todos os estudos o demonstram. Foi também afinada a questão do dia de aniversário que quando calhava ao feriado ou fim de semana, era perdido, e que neste momento é gozado no dia útil seguinte. São as pequenas coisas possíveis, mas é uma forma de tratar bem as pessoas. ----------
É aquilo que é possível fazer, e ao mesmo tempo robustecer a autarquia, agilizando os concursos que não podem continuar a prolongar-se por tanto tempo, tem que ser reduzido o tempo em que decorrem por forma a torná-los mais eficazes. ----------
Entraram mais cantoneiros de limpeza. É um setor que se encontrava deficitário devido a alguns impedimentos como é o caso de problemas de saúde de alguns funcionários, e também problemas de homologação com uma viatura deste serviço. Estes constrangimentos afetaram o bom funcionamento dos serviços, mas felizmente com a entrada de sete trabalhadores e com a aquisição de mais viaturas deverá colmatar a situação. ----------
Referiu que estamos num período de mutação. Há mais habitantes, nota-se por exemplo na ZIL de Santiago do Cacém onde a recolha de lixo era feita uma vez por semana, e tornou-se impossível manter essa calendarização. ----------
Existe ainda a questão da falta de civismo por parte de algumas pessoas. Como é sabido, não obstante existirem locais próprios para depositar os monos preferem deitá-los em qualquer lado. Não existem muitos meios de fiscalização, mas pretende-se também aí fazer um reforço.
----------**ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------
O Senhor Presidente informou, que a hasta pública do quiosque de Vale de Água, será dia dois de junho. Salientou ainda que foi ao local e verificou com agrado um espaço agradável, que irá ser uma fonte de vida e de circulação na freguesia de Vale de Água. ----------
---
REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS ----------
O Senhor Presidente informou que foi iniciado o procedimento de revisão da Orgânica da Câmara Municipal, tendo sindo identificadas algumas situações que eram mais prementes de sofrer uma atualização. Após o período de férias será feita uma atualização maior, tendo em conta o diagnóstico que foi feito pelo executivo e também por órgãos próprios de apoio. Todas as alterações serão naturalmente submetidas a deliberação.----------
Aproveitou para agradecer às pessoas que saíram, agradeceu o trabalho realizado, quer pelo período que trabalharam com o atual executivo, quer por todo o tempo que estiveram em funções de cargos dirigentes e que agora deixam, agradecimento esse que foi feito em primeiro lugar, aos próprios. ----------
Dito isto, também, e por coincidência, foi exonerado o adjunto da Presidência, uma exoneração que tem a ver com o pedido pessoal do próprio. Questões pessoais e familiares e também de reorganização de vida forçaram a necessidade de retorno às antigas funções profissionais que ocupava. ----------
Para o executivo esta decisão, custou particularmente, porque, como é público, era uma pessoa que se movimentava muito bem numa série de áreas, desde a proteção civil ao

desporto, passando pelas florestas e agricultura, sendo uma pessoa de terreno. Esperam que volte um dia, sejam nestas ou noutras funções, porque é uma pessoa que é uma mais-valia na Câmara Municipal. ----------
A Senhora Vereadora Cláudia Estêvão referiu ter tomado nota da informação prestada pelo Senhor Presidente, relativamente à reestruturação dos Serviços Municipais. ----------
O CHEGA não se opõe a reestruturações e considera que por vezes é importante mudar dirigentes e fazer um "*refresh*", no entanto o que os preocupa é efetivamente a perda de algumas pessoas com peso para o normal funcionamento da Câmara Municipal, nomeadamente o Senhor José Pereira, do Departamento de Finanças e do Senhor Rui Gonçalves, do Gabinete do Presidente e não existirem substituições, ficando o Senhor Presidente com mais estas funções. ----------
Perguntou se o Senhor Presidente terá condições de garantir o normal funcionamento dos serviços, e se a Câmara Municipal consegue responder em tempo útil e adequado aos munícipes. ----------
Questionou ainda sobre o que está previsto, e, se esta é uma situação permanente ou transitória.----------
O Senhor Presidente informou que este é o inicio do processo, irão acontecer muitas mudanças e alterações. O Organograma em vigor estaria apropriado para os finais dos anos noventa e anos dois mil, mas não para a atualidade.----------
Esta não é uma estrutura que esteja preparada para dois mil e vinte e seis, mais ainda com tudo o que está a acontecer e que já se nota nas ruas, nomeadamente um aumento de população, sendo necessário robustecer a Câmara Municipal, reformular algumas divisões obsoletas e que são redundâncias, extinguindo alguns serviços que foram criados para pessoas específicas.----------
Em relação aos Departamentos não são contra a sua existência, e consideram que também fazem falta, no entanto o Departamento de Administração e Finanças, apesar de ter algumas competências próprias, na sua maioria, eram competências que se cruzavam com as da Divisão de Administração Geral e Finanças (DAGF). ----------
O Senhor Presidente reforçou que o executivo tem plena confiança, nas pessoas. A reestruturação não foi uma questão de confiança profissional, e como se pode comprovar a Câmara Municipal continua a funcionar da mesma forma.----------
A função do executivo é avalizar o que as divisões apresentam como informação tratada e tomarem decisões com conhecimento. ----------
Não existe um grande acréscimo de trabalho por parte do executivo porque esta divisão assegura esses serviços na sua maior parte. ----------
Relativamente ao apoio aos órgãos autárquicos, trata-se de uma equipa que funciona muito bem, já que havia sido renovada há relativamente pouco tempo com pequenas afinações. ------
Este executivo não tem a teoria da "*bulldozer*", não é intenção tirar toda a gente, porque em termos de pessoas, isso será o menos relevante para o caso. Com a nova orgânica, a ideia não é trocar todas as Chefias, longe disso, o propósito é tornar os serviços mais funcionais, mais arrumados por áreas. Serão criadas novas áreas, como seja por exemplo a parte de informática ser robustecida. Consideram que a Câmara Municipal tem sérios problemas de segurança informática que tentaram resolver, mas de forma muito lenta. Existem alertas constantes de organismos externos, para a necessidade de proceder a alterações no funcionamento. ----------

Tem que haver uma preocupação em resolver as questões legais e depois a eficiência da Câmara Municipal. Em termos de ineficiência não é relevante, comparado com outros casos nacionais, mas de qualquer forma, não está minimamente adequado à nova fase que se prevê para o Concelho de Santiago do Cacém, que está focado no triângulo Sines, Santiago do Cacém e Santo André. ----------

Existe uma pressão turística, a questão da habitação é a primeira prioridade do STC e inclusivamente nota-se também uma preocupação por parte do Governo da República, que finalmente vai instalar em Santiago do Cacém, a Secretaria de Estado da Habitação. ----------

Os preços praticados, tanto ao nível de rendas, como de venda, não são suportáveis, além de existir pouca oferta.----------

Tudo isto não se coaduna com uma Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística (DOGU), onde faltam provavelmente dez elementos, com processos, onde já diminuíram os tempos de resposta, mas que aquando da tomada de posse, em alguns casos, eram de nove meses para ser respondido a um simples Pedido de Informação Prévia.----------

A Divisão de Comunicação e Imagem funciona de acordo com padrões mais antigos do que exigem os dias de hoje, onde não existia informação via vídeo e uso de novas tecnologias, onde ainda se usa muito o papel, num tempo em que a segurança nos diz, que tem que ser tudo digitalizado e registrado, ou quando não é assim, existem pelo menos redundâncias e desperdícios. É necessário mudar muita coisa, para tornar os serviços mais eficiente, pois a vida corre lá fora e temos que dar resposta.----------

Estas primeiras alterações foram feitas porque eram muito urgentes, e por isso foram feitas antes do chamado período de férias, que é como se sabe um período em que os serviços funcionam com menos trabalhadores. ----------

Agora e com mais tempo está a ser preparado e feito um estudo e contam obter como resultado um organograma que seja compatível com o que é esperado para o Concelho, mas obviamente realista, porque os recursos públicos são limitados. ----------

Existem também investimento que são necessários executar, fazer obra para as pessoas, como é o caso das obras do Auditório e das Piscinas Municipais, que são as maiores aspirações da população de Santo André, também algumas estradas, nas freguesias de São Domingos, Cercal do Alentejo, a EM 555, que foram promessas do STC e que são para ser cumpridas. Para isso terá de haver uma boa gestão do orçamento, irão procurar outros instrumentos de financiamento e tentar pressionar o governo para libertar capital.----------

Informou ainda que contam ter finalmente um acesso com segurança ao Hospital do Litoral Alentejano, uma rotunda no cruzamento de São Domingo, Alvalade, Abela, Santiago do Cacém, e que a variante Sul seja uma realidade para começar a ser estudada e implementada, não sendo viável neste mandato. ----------

O Senhor Presidente referiu que relativamente às duas pessoas faladas em concreto, e sobre as suas funções mencionou que tiveram a oportunidade de agradecer ao Dr. José Pereira o seu trabalho ao longos destes mais de quarenta anos. É uma pessoa com bastante conhecimento, e praticamente não têm nada a dizer sobre o seu desempenho além de uma questão que houve com a redução do IRS o ano passado, em que foram mal informados e por isso não cumpriram um ponto do programa eleitoral devido a essa informação que não correspondia à realidade. Fora isso, agradeceram a sua participação. O Dr. José Pereira continua em funções, é um técnico superior da Câmara Municipal, continua a trabalhar na área financeira. Transmitiu ao executivo que continuará a trabalhar até à sua reforma, com todo o gosto, não há nenhuma

celeuma com ninguém. Inclusivamente, das pessoas que saíram, um dos chefes de divisão que foi exonerado, até agradeceu porque é um criativo e não uma pessoa da burocracia, da gestão e dos papéis. ----------

Quanto ao adjunto Rui Gonçalves, confirma que é de facto, uma grande perda porque era uma pessoa que estava mesmo ao lado do gabinete do presidente, com muita capacidade e um grande profissional. Trabalha na área das florestas, da agricultura, da proteção civil, e vai ser uma pessoa muito difícil de substituir. Mencionou que inclusivamente conseguiu localizar uma motoniveladora que se encontrava desaparecida. ----------

Infelizmente, teve questões pessoais que não lhe permitiram continuar, mas esperam, que mais tarde possa regressar à Câmara Municipal, mesmo que não seja nas funções de adjunto, mas será garantidamente uma mais-valia para qualquer Autarquia. Naturalmente, também lhe foi agradecido o trabalho desenvolvido, tal como fizeram com os outros dirigentes, como Dr. José Pereira, o Dr. Jorge Justo, o Engº Bruno Moreira, e a Engª Susana Espada. São todas elas pessoas que continuam a trabalhar na Câmara Municipal, nas suas funções de técnicos superiores, e com as quais continuam a contar. ----------

Referiu ainda que da parte do executivo não ficou qualquer celeuma, e esperam que do lado contrário, como lhes parece aparentemente, também não tenha ficado. ----------

A Senhora Vereadora Sónia Gonçalves considerou normal que o novo executivo queira fazer a reestruturação dos serviços, apenas lhes causou estranheza porque algumas comissões de serviço iriam terminar em breve e não compreendem o porquê de não se ter esperado pelo final das comissões. A sessação prematura dessas comissões faz com que as pessoas tenham que ser indemnizadas o que poderia ser evitado. É um gasto totalmente desnecessário se tivessem esperado os dias que faltavam para o término de algumas das comissões de forma natural. ----------

Mais referiu que queriam deixar uma palavra de apreço a todos os dirigentes que saíram em particular ao Dr. José Pereira, que, de todos os dirigentes, é o mais antigo na Autarquia. É uma pessoa muito respeitada por todos os colegas e por toda a gente. Todos viam nele uma pessoa muito correta, isenta e disponível para ajudar. Acrescentou ainda que se esta Câmara Municipal tem tido uma boa gestão e contas corretas, coisa de que a CDU se orgulha, e que é confirmado através da análise dos técnicos do exterior que acompanham as contas da Câmara Municipal isso muito se deve ao Departamento, a quem lá trabalha e ao Dr. José Pereira. ------

Deixa também uma palavra de apreço a quem agora inicia funções, apesar de não saber ainda quem irá dirigir alguns dos serviços, deseja a todos um bom trabalho. ----------

Posto isto e por tudo o que o Senhor Presidente referiu, se isso for para o bem das populações e dos trabalhadores só podem aplaudir e tudo o que daí vier. ----------

Tal como referiu a Senhora Vereadora Cláudia Estêvão também o que querem é ver a eficiência a aumentar. ----------

Não sabe se é por essa questão da eficiência, que já tinha vindo a uma reunião de Câmara uma proposta de avença, com aquela que foi a candidata do STC a cabeça de lista à Junta de Freguesia de Ermidas, e tiveram agora conhecimento através do portal do BaseGov que também foi feita uma nova avença desta vez com a candidata do STC á Junta de Freguesia de Abela, para lecionar inglês aos trabalhadores da autarquia, cujo valor gostaria que fosse esclarecido para que não hajam dúvidas. Não obstante, considerou que da sua parte irão sempre existir duvidas. Manifesta com toda a clareza e transparência que apesar de ter estado como Vereadora a tempo inteiro apenas por quatro anos, considera ter propriedade para falar

sobre estes assuntos, porque em momento algum, da sua parte houve favorecimentos seja de quem fosse, ou de relações politicas, ou de relações familiares, ou de amizade. Estas questões fazem sempre alguma confusão porque é que se caí neste tipo de avenças que deixam muitas questões no ar, e que não sendo ilegais, também não são morais e éticas. Trata-se de mais uma avença, próxima dos 20.000,00€ (vinte mil euros) o que dá um vencimento de cerca de 1.500,00€/1.600,00€ por mês de aulas que não se sabe o que são nem para que número de alunos. ----------

Efetuaram consultas e deixa como exemplo a CCDR do Norte que tem uma avença similar na volta dos 12.000,00€ (doze mil euros), o Instituto Politécnico de Coimbra por cerca de 7.000,00€ (sete mil euros) e nesses concursos percebe-se o número de alunos e as horas lecionadas. ----------

Aqui apenas se sabe que é a candidata do STC à Junta de Freguesia de Abela e que vai dar aulas de inglês e "*toma lá vinte mil euros*". Enquanto Vereadora desta Câmara Municipal considera que deve zelar pela verdade, para que as pessoas e os munícipes saibam o que aqui se passa e pelas contas desta autarquia.----------

O Senhor Presidente informou que algumas comissões de serviço estavam de facto terminar, mas o que estava em causa não eram as datas. Ao contrário de outras Câmaras Municipais que imediatamente à tomada de posse fizeram alterações, este executivo decidiu atuar de forma diferente, nunca foi intenção chegar e mudar tudo, apenas alteraram o que foram forçados a alterar, nomeadamente na Divisão de Projeto e Obras (DPO) onde o responsável de serviço se reformou e na Divisão de Educação, Intervenção Social e Saúde (DEISS) que estava sem chefia. Inclusivamente foram mantidos os contratos de prestação de serviços que já existiam, na ordem dos vinte mil euros e onde praticamente todas as pessoas tinham ligações ao PCP. Existiam também apoios externos completamente injustificados que, entretanto, terminaram e não foram renovados porque não encontraram justificação para a sua existência. Dá como exemplo apoios indiretos, logo, encapotados para publicidade na revista da Festa do Avante na ordem dos catorze mil euros por ano. Algo que não dá o mínimo de interesse a nenhum dos munícipes de Santiago do Cacém, e ainda houve a ousadia de se vir propor de novo a renovação desse contrato, na mesma ordem de valores. ----------

Foi feito um pedido de apoio para a festa no âmbito dos Municípios do distrito de Setúbal, e, esse sim foi concedido, pois, é uma coisa que não lesa muito, e reconhecem que aquela é uma festa que vai um pouco além do PCP, porque senão não teria todo aquele sucesso, o PCP com o número de militantes que tem hoje em dia e a representação parlamentar não teria só por si a capacidade de fazer uma festa grande e bonita como é aquela. É uma festa onde vão pessoas de todos os quadrantes políticos. ----------

Considerou ainda, desnecessário a CDU vir falar de contratações que foram identificadas como necessárias. O executivo presta conta aos munícipes no momento, e haverá de dar futuramente em eleições. ----------

Referiu que não reuniram no STC um grupo de candidatos do STC e de "amigalhaços" para vir fazer as coisas. Não obstante, havendo pessoas nas quais existe confiança pessoal e profissional para as executarem, consideram estar na sua legitimidade, legalidade e moralidade para fazer estas contratações. ----------

Foi detetada esta necessidade, porque uma parte considerável dos trabalhadores da autarquia, que faz atendimento ao público não fala inglês. Estamos em 2026, e os serviços da Câmara Municipal não estão preparados para o fluxo de turismo e de investimento em habitação no

município e o que estão a fazer é robustecer os serviços. As escolhas das pessoas que estão a trazer têm apenas um critério, que é o da competência e serem das melhores na sua área. -------
Relativamente à legitimidade e coerência, estranham tendo em conta o histórico que encontraram de contratações, sobretudo na área da comunicação, mas não só, em que todos os contratos são com pessoas ligadas ao PCP, e em que a câmara gastou centenas de milhares de euros ao longo do tempo em financiamentos indiretos ao PCP e à Festa do Avante, e o que diz está tudo comprovado. Não enviaram para o Ministério Publico, provavelmente deveriam tê-lo feito, mas consideram que se está num outro capítulo que é o da conciliação. ----------
Considerou ainda que tudo isto retira toda e qualquer legitimidade moral para virem falar de contratações de dezanove mil euros para ensinar inglês aos funcionários. Se agora é imoral, já o era anteriormente. ----------
Mais referiu, e a propósito, a formação nesta autarquia foi completamente desprezada ao longo do tempo, grande parte dos funcionários, nem as horas de formação obrigatória por lei tiveram. Até os trabalhadores que tratam na instalação dos contadores da água e de outros serviços externos, com o aumento de população estrangeira que não fala sequer português, sentem a necessidade de formação nesta área.----------
A Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, aludiu que por várias vezes o Senhor Presidente mencionou a questão da Festa do Avante. Não tem conhecimento desse assunto, porque nunca teve responsabilidade na área financeira, nem da comunicação. Não tinha conhecimento e está a saber agora, no entanto será uma questão certamente legal. Poderá não ter sido moral ou ético, mas isso nunca a irá condicionar a colocar as questões que considerar pertinentes e importantes.----------
Referiu ainda perceber que o Senhor Presidente considere que este assunto incomoda. Que queira desviar o assunto e dizer que não é uma questão pertinente, mas considera que é importante esclarecer. Trata-se de fazer uma avença diretamente. Não se percebe que outras pessoas foram consultadas, como é que vão ser administradas as formações, e, nem há qualquer tipo de informação adicional. Isto depois de também ter vindo uma proposta idêntica para a candidata do STC à Junta de Freguesia de Ermidas Sado. Pelo que irão fazer um pedido escrito a solicitar informação e documentação adicional sobre estas avenças que lhes deixam muitas questões.----------
O Senhor Vereador Fábio Pereira questionou, se para os serviços identificados anteriormente pelo Senhor Presidente, a formação seria obrigatória.----------
O Senhor Presidente confirmou que sim, sendo facultativa aos restantes funcionários, que serão incentivados a participar. Serão oitocentos e trinta e quatro potenciais inscritos, dezassete do serviço de atendimento, com uma a duas horas diárias de formação, retiradas do horário de trabalho por forma a evitar sobrecarga de horário e não prejudicar as suas vidas pessoais.----------
O Senhor Vereador Albano Pereira tomou a palavra dizendo que já por várias vezes, o Senhor Presidente tinha mencionado que quando o STC tomou posse, não se sabia onde é que estava a motoniveladora, o que não é de todo verdade, e solicitou que o Senhor Presidente não volte a repetir essa afirmação. Salientou ainda que se tivesse questionado o serviço que acompanha as oficinas e que é responsável ter-lhe-iam dito e entregue a informação escrita sobre o assunto. Dizer que teve que enviar pessoas para descobrir o paradeiro da máquina não é de todo verdade, conhecia-se todo o processo, o que tinha acontecido e onde é que a máquina

estava. Mais referiu que é uma pessoa séria, responsável, e era o Vereador daquela área e por isso sabe do que fala. ----------
Foi realmente adjudicado um serviço a uma empresa, que por sua vez remeteu a máquina para uma outra empresa para reparação. Disse que caso tivessem questionado a empresa a quem foi adjudicado o trabalho, teriam obtido a resposta relativamente ao paradeiro da mesma. Informou ainda que os serviços se deslocaram ao local onde a máquina estava efetivamente a ser reparada e por isso tinham conhecimento do seu paradeiro. ----------
O Senhor Presidente garantiu que acompanha as palavras do Senhor Vereador quanto á sua seriedade, mas, informou que quando pediram informação aos serviços nomeadamente ao encarregado e à Chefe de Divisão da altura sobre o paradeiro da motoniveladora, foram informados de um local onde a mesma não se encontrava. Contactaram telefonicamente a empresa que não assumiu não ter a máquina na sua posse. Só após deslocação física à mesma é que vieram a confirmar que a motoniveladora se encontrava a centenas de quilómetros do local onde supostamente deveria estar. Quando diz que não se sabia é realmente a verdade, a informação que lhes foi prestada foi que supostamente estaria em Coimbra, mas foi localizada na margem sul. ----------
O Senhor Vereador Albano Pereira, reafirmou não ser verdade quando o Senhor Presidente afirma que o antigo executivo não sabia onde estava a motoniveladora. ----------
O Senhor Presidente confirmou, que, se havia mais informação além da que foi transmitida, não foi passada aos serviços e consequentemente ao novo executivo. Aconteceram reuniões com o executivo anterior aquando da transição e passagem de pastas, e este nunca foi um assunto abordado, se tivessem passado essa informação teria evitado todo o tempo e viagens que este executivo teve que fazer para localizar o seu paradeiro. ----------
A motoniveladora é um equipamento de extrema importância para o município, que garante a reparação de todos os caminhos rurais no concelho, e que é fundamental para muitos munícipes, pois garante o acesso às suas habitações.----------
Tanto esse, como outros assuntos relevante não foram passados, como por exemplo ser o Presidente da Câmara de Santiago do Cacém o Presidente da Assembleia Geral da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e do Ribatejo. Terá sido em lapso com toda a certeza, mas aconteceu.----------
O Senhor Vereador Albano Pereira informou que nunca esteve nessas reuniões, elas foram realizadas com o Presidente da Câmara anterior, e por isso não passou a informação. ----------
O Senhor Presidente reforçou novamente que essa não é uma desculpa, a informação não foi passada e não havia qualquer registo nos serviços relativamente ao real paradeiro do equipamento. ----------
---
HIGIENE URBANA----------
A Senhora Vereadora Cláudia Estevão referiu que lhes têm chegado várias reclamações de munícipes relacionadas com a higiene urbana. Hoje teve particular atenção e constatou que existem de facto bastantes locais com lixo acumulado ao lado dos contentores. Considerou que existe algum desajuste relativamente às capacidades dos contentores e das necessidades dos munícipes, principalmente em zonas rurais, embora reconheça que é um tema difícil e que não é exclusivo do município de Santiago do Cacém, mas alertou para que haja uma maior atenção a esta questão, porque não representa bem o município. Tem fotografias que lhe

foram encaminhadas as quais partilhou, salientando que o lixo mal depositado deixa nódoas e uma péssima imagem.----------
O Senhor Vereador Francisco Sousa mencionou que relativamente ao chão é um problema difícil de resolver, por mais que se lave, a superfície é porosa e absorve as gorduras e impurezas deixadas. Não há muito a fazer, porque a colocação do pavimento foi um erro de conceção que futuramente terá que ser avaliado com o decorrer do tempo porque inclusivamente provoca maus cheiros. ----------
Relativamente ao lixo concordou que é um problema de todos os municípios. São colocados indevidamente junto aos contentores todo o tipo de lixo, móveis, eletrodomésticos, inertes, etc., e passado pouco tempo da recolha, voltam a surgir mais. As quantidades depositadas são enormes e por isso é praticamente impossível fazer uma gestão destas recolhas tendo em conta o tamanho do município. ----------
A Câmara Municipal está a afetar a este serviço mais trabalhadores e inclusivamente está a ser equacionada a aquisição de mais veiculos para recolha. ----------
O Senhor Presidente referiu que neste espaço de sete meses, desde o inicio do mandato notaram um aumento significativo do lixo e da forma como é colocado para recolha. Além disso, e a somar ao aumento da quantidade de lixo, aconteceram alguns constrangimentos a nível de funcionários e dos veículos afetos ao serviço, que também vieram aumentar as dificuldades na gestão do serviço. Salientou ainda o aumento de população, e a titulo de exemplo mencionou a ZIL de Santiago do Cacém, onde era feita uma recolha semanal e que neste momento é incomportável, com o aumento substancial de lixo depositado nos contentores existentes e também lixo depositado junto aos contentores sem sequer estar acondicionado em sacos. ----------
A Câmara tem atuado, deslocando o serviço de fiscalização aos locais identificados, tanto na ZIL de Santiago como em Vila Nova de Santo André, mas não é uma situação de fácil resolução. ----------
Consideram que o efeito repressivo, com a atuação da fiscalização é uma forma de tentativa de resolução, mas terá que ser também feita uma abordagem pedagógica com campanhas de sensibilização e esclarecimento por forma a incentivar os munícipes a depositar os monos nos locais próprios e disponibilizados pelo município. ----------
Mais referiu que reformulando os percursos com a diminuição dos espaçamentos de recolha e efetuando campanhas de sensibilização poderá mudar de alguma forma os hábitos enraizados na população.----------
O Senhor Vereador Francisco Sousa informou que já foram identificadas algumas pessoas que depositam lixo de forma recorrente, e considera que provavelmente e após a campanha de sensibilização, deverá ser equacionado começar a autuar.----------
---

INTERVENÇÃO NO BAIRRO DA ATALAIA EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ--

O Senhor Vereador Fábio Pereira solicitou informação sobre os resultados da Sessão Pública realizada sobre o projeto do Bairro da Atalaia. Questionou ainda sobre quais os contributos recolhidos, os que irão ser implementados, se o projeto vai ou não ser alterado e se já há resposta relativamente a uma parte de terreno onde existia a dúvida sobre se faria parte ou não o Loteamento Municipal das Areias Brancas. ----------

Acrescentou ainda que consultou o site da Câmara Municipal e a documentação disponibilizada aquando da realização da hasta pública e nas plantas disponíveis a parcela em questão não consta como parte integrante do loteamento. ----------
A confirmar-se esta informação, solicitou que o espaço seja contemplado no projeto de intervenção do Bairro.----------
O Senhor Presidente informou que apesar de não constar no site e nas plantas, já esta confirmado pelos serviços que esse espaço faz parte integrante do Loteamento particular e que por isso não será intervencionado pelo município. Não obstante, irá solicitar informação escrita aos serviços e fazer chegar essa informação aos Senhores Vereadores. ----------
Relativamente à participação na sessão pública e uma vez que não haverá financiamento externo, o projeto terá que ser custeado através do orçamento municipal. Existem situações identificadas como mais urgentes que já foram intervencionadas, nomeadamente as lajetas que já tinham provocado a queda de algumas pessoas, foi também feita a alteração do projeto no que concerne ao campo de futebol, que não se encontrava em projeto, mas que identificaram como necessário (estrutura em betão que sustenta as redes, redes, balizas, pavimento, etc…).--
Informou ainda que contactaram com os residentes e comerciantes do Bairro antes da sessão pública porque havia alguns receios por parte dos moradores da perda de valências, inclusivamente o proprietário do Quiosque. Nessa visita e na sessão pública essas questões foram esclarecidas e desmontada toda essa narrativa. ----------
As pessoas participaram ativamente, com alguma revolta pelo esquecimento com que se tem debatido o Bairro durante todos estes anos, mas considera que foi uma reunião produtiva, foram faladas na sessão todas as questões que os moradores quiseram colocar, inclusivamente questões referentes a Vila Nova de Santo André e que preocupam as pessoas, como é o caso dos atrasos sucessivos e incumprimento por parte da Chesandré, que em reunião com o executivo, deu como certos factos que não correspondem de todo à realidade. ----------
Relativamente ao Bairro o projeto já tinha sido feito anteriormente, e apesar de nunca ter sido apresentado aos moradores, terá sido desenvolvido com a intenção de ficar o melhor possível, e de forma a melhorar a qualidade de vida dos residentes. ----------
Com esta sessão, e tendo o projeto afinações que vão ao encontro dos desejos dos moradores e que não comprometem, nem aumentem substancialmente o valor orçamentado, a Câmara Municipal existe para servir as pessoas.----------
O Senhor Vereador Francisco alertou para uma intervenção que aconteceu no final da sessão pública onde uma moradora colocou a questão do que iria acontecer aos canteiros que os moradores foram fazendo ao longo dos anos. Ao que a Arquiteta da Câmara Municipal Silvana Cachucho esclareceu que sendo zonas do domínio público terão que ser tratadas como tal, e por isso irão voltar à posse do município. ----------
A Senhora Vereadora Cláudia Estêvão referiu que tendo em conta o adiantado da hora, e uma vez que este período se estendeu até às doze horas e vinte minutos, propôs que se discutissem os pontos essenciais e mais importantes da agenda e que o restante se deixasse para uma reunião extraordinária, tendo em conta que tem agendados outros compromissos.----------
O Senhor Presidente concordou e avançaram de imediato para os assuntos constantes da ordem do dia, por forma a tentar aprovar o máximo possível. ----------
A Senhora Vereadora Sónia Gonçalves lembrou que mesmo que a Senhora Vereadora tenha que se ausentar, continua a haver quórum e por isso a reunião poderá continuar. ----------

A Senhora Vereadora Cláudia Estêvão considera que o extravasar de tempo neste período antes da ordem do dia, acaba por prejudicar o exercício das a função de todos os Vereadores. Não têm pelouros, deslocam-se propositadamente em função de uma ordem do dia que depois não é votada e discutida por todos e por isso considerou que esta seja uma solução sensata.----

---

----------**ORDEM DO DIA:** ----------

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria do dia dezassete de junho de dois mil e vinte e seis, eram as seguintes: ----------

---

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 18.340.028,13€ (dezoito milhões trezentos e quarenta mil e vinte e oito euros e treze cêntimos) ----------

---

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 350.430,35€ (trezentos e cinquenta mil quatrocentos e trinta euros e trinta e cinco cêntimos)----------

---

----------**OUTRAS DELIBERAÇÕES:** ----------

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM ----------

ASSUNTO: Concessão de uso privado para exploração do Bar de Apoio de Praia da Costa de Santo André – Hasta Pública ----------

LOCALIZAÇÃO: Costa de Santo André----------

REFERÊNCIA: Processo nº 2026/300.50.201/353, de 26 de maio de 2026, do Serviço de Aprovisionamento e Património, da Divisão de Administração Geral e Financeira. ----------

APRESENTANTE: Senhor Vereador, Francisco Sousa.----------

PROPOSTA: Adjudicar à Brejalojamento – Construções e Turismo, Lda, pelo valor de 42.000,00€ (quarenta e dois mil euros) a que acresce o IVA à taxa legar em vigor e nas restantes condições da Hasta Pública. ----------

FUNDAMENTOS: UM - A base de licitação era de 5.000,00€ (cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com lanços no valor mínimo de 100,00€ (cem euros). ----------

DOIS – Foram ainda licitantes, Mercan Property Oceanpoint, Lda, Grupo do Almargem, S.A., Saídos das Estórias – Associação, Tempo Tonificado, Unip., Lda. ----------

TRÊS – Adjudicado à proposta de maior valor. ----------

QUATRO – De acordo com o previsto nas alíneas g) e qq) do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente. ----------

CINCO – Com vista à dotação do apoio de praia para a época balnear de 2026, destinado a dar resposta às necessidades mais diretas e imediatas da comunidade local, dos residentes e turistas. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovado ----------

FORMA: Por unanimidade----------

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM ----------

ASSUNTO: **Gratuitidade dos ingressos para o espetáculo "CELINA DA PIEDADE - Baile Folk", AMA - Auditório Municipal de Alvalade - 26 de julho 2026** ----------
LOCALIZAÇÃO: AMA – Auditório Municipal de Alvalade – Alvalade----------
REFERÊNCIA: 2026/900.10.001.01/25 da Divisão de Cultura e Desporto ----------
APRESENTANTE: Senhor Presidente, Bruno Gonçalves Pereira ----------
PROPOSTA: Aprovar a tipologia de entradas, para o espetáculo "CELINA DA PIEDADE - Baile Folk", a acontecer no AMA - Auditório Municipal de Alvalade - 26 de julho 2026, na seguinte tipologia: ----------
- Entradas Gratuitas, mediante levantamento de bilhete. ----------
FUNDAMENTOS: DE FACTO: Potenciar a valência dos espaços nestes domínios. Contribuir e facilitar a criação/fidelização de público nos equipamentos, numa tendência de descentralização da programação cultural no território de ação do município.----------
Assegurar as competências da Divisão de Cultura e Desporto na área da Cultura, nomeadamente: ----------
a. Promover oportunidades de desenvolvimento da criação artística e cultural, individual e coletiva; ----------
b. Promover iniciativas e programas de natureza cultural e no âmbito das artes, através dos equipamentos culturais e outros espaços públicos. ----------
DE DIREITO: Artigo 33.º, nº 1, alínea e) do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação vigente. ----------
OBSERVAÇÕES: A Senhora Vereadora Cláudia Estêvão considera importante aquando da instrução destes processos que fosse colocado o valor global dos custos, nomeadamente o que vai ser gasto em hotel, som, luzes, direitos de autor, e restantes despesas. Sugere que em futuros processos essa informação pudesse constar. Alertou ainda para a forma de disponibilização dos bilhetes, que tem sido alvo várias reclamações, porque quando os bilhetes são disponibilizados para acesso público, já praticamente não existem. Solicitou para que não haja informação privilegiada acerca da disponibilização dos mesmos.----------
O Senhor Presidente informou que não existe essa informação, o que acontece é que às vezes num espaço de cinco minutos esgotam. A procura é muita e não há grande coisa a fazer acerca disso. Relativamente à disponibilização dos custos irá passar a informação ao serviço para que doravante venha incluído nas propostas. ----------
DELIBERAÇÃO: Aprovado ----------
FORMA: Por unanimidade----------

ENTIDADE: AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTO ANDRÉ ----------
ASSUNTO: **Aprovação de minuta de Protocolo de Colaboração Formação Prática em Contexto de Trabalho, nas Áreas dos Cursos Profissionais - Técnico de Manutenção e Técnico de Logística – Ratificação:** ----------
1 Aluno do Curso de Técnico de Manutenção (Piscinas Municipais) – Eduardo Chaves.--------
1 Aluno do Curso de Técnico de Manutenção (Serviços Gerais) – João Souza----------
1 Aluno do Curso de Técnico de Manutenção (Oficina Mecânica) – João Silva----------
1 Aluno do Curso de Técnico de Manutenção (Oficina Mecânica) – Fábio Lima ----------
1 Aluno do Curso de Técnico de Logística (Serviços Gerais) – Guilherme Miguel ----------
LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém ----------

REFERÊNCIA: Processo n.º 2026/750.20.600/1 da DGRH. ----------
APRESENTANTE: Senhor Presidente, Bruno Gonçalves Pereira. ----------
PROPOSTA: Ratificar o Ato de assinatura de Minuta de Protocolo de Formação Prática em Contexto de Trabalho, com a duração de 200 horas a iniciar entre 15 de junho e término dia 24 de julho de 2026. ----------
Documento que é dado com reproduzido na presente Ata, com o número oitenta e seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário Substituto da Reunião.----------
FUNDAMENTOS: UM: O estágio curricular, estruturado num plano individual de formação, a desenvolver em contexto de trabalho, visa a aquisição e desenvolvimento de competências técnicas, relacionais, organizacionais e de gestão de carreira, relevantes para a qualificação profissional a adquirir, promover a transição para a vida pós-escolar e para o exercício de uma atividade profissional; ----------
DOIS: O Município de Santiago do Cacém sempre tem vindo a estabelecer parcerias no sentido da aproximação entre a escola e a realidade em contexto de trabalho, desenvolvendo nos alunos, nomeadamente os residentes no concelho de Santiago do Cacém, uma cultura de cooperação e responsabilidade, aberta à partilha de informação e à melhoria continua num contexto organizacional.----------
TRÊS: O presente estágio realiza-se no âmbito das atividades e competências da Divisão de Cultura e Desporto e Divisão de Comodidade Local, e mereceu parecer favorável quanto ao seu acolhimento. ----------
QUATRO: De acordo com o disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33º e n.º 3 do artigo 35.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. ----------
DELIBERAÇÃO: Aprovado ----------
FORMA: Por unanimidade----------

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM ----------
ASSUNTO: Refeitórios escolares geridos pelas Associações de Pais da EB n.º 2 e EB n.º 4 de Santo André - Transferência de verba para apoio ao funcionamento no ano letivo 2026/2027----------
LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém ----------
REFERÊNCIA: Processo 2026/150.20.101/21 de 18/05/2026 da DEISS. ----------
APRESENTANTE: Senhor Vereador, Francisco Sousa.----------
PROPOSTA: Transferência de verbas para a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB n.º 2 e EB n.º 4 de Santo André, destinada a apoiar o funcionamento dos refeitórios escolares, na vertente de recursos humanos, para o ano letivo 2026/2027, no valor de 59.290,00 € (cinquenta e nove mil, duzentos e noventa euros) para cada uma das Associações de Pais, a transferir mensalmente. ----------
FUNDAMENTOS: De direito: alínea hh) do n.º 1 do art.º 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro na redação atual e n.º 1 do art.º 35.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro e deliberação de câmara de 24/11/2005. ----------
De facto: Os refeitórios escolares da EB n.º e EB n.º 4 de Santo André, geridos pelas respetivas Associações de Pais, prestam o serviço de fornecimento de refeições escolares aos

alunos de cada uma das escolas básicas pelo que, e de acordo com os respetivos protocolos estabelecidos, o Município obriga-se a compensar a Associação de Pais pelo custo das refeições escolares bem como pelas despesas com pessoal afeto ao funcionamento do refeitório. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovado ----------

FORMA: Por unanimidade ----------

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM ----------

ASSUNTO: **Apresentação de proposta de prestação de serviços analíticos ao Cliente Externo SEAR S.A. – Sociedade Europeia de Arroz, S.A.** ----------

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém ----------

REFERÊNCIA: Processo nº 2026/300.10.005/239 de 19/05/2026 da DCL – Laboratório Municipal. ----------

APRESENTANTE: Senhor Vereador, Francisco Sousa ----------

PROPOSTA: aprovação de uma proposta de serviços analíticos com parâmetros físico-químicos e microbiológicos (assinalados com**) constante da Proposta de Orçamento Nº 1001665 ao Cliente Externo: SEAR S.A. no valor global de duzentos e vinte e oito euros (s/ IVA à taxa legal), que corresponde ao custo global de 1 ponto de amostragem e que se pretende adquirir e ao Laboratório externo acreditado – ISQ - LALA (Laboratório de Águas do Litoral Alentejano), em Sines. ----------

Documento que é dado com reproduzido na presente Ata, com o número oitenta e sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário Substituto da Reunião. ----------

FUNDAMENTOS: 1. Rentabilizar os meios humanos e materiais do Laboratório de Águas da CMSC; ----------

2. Em conformidade com a alínea e) do nº 1 do artigo 33º do regime jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro; ----------

3. Em conformidade com o nº 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

OBSERVAÇÕES: A Senhora Vereadora Cláudia Estêvão detetou divergências nos valores apresentados. ----------

DELIBERAÇÃO: Retirada a proposta ----------

ENTIDADE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM ----------

ASSUNTO: **Liberação total de garantia bancária da empreitada de Execução de arruamentos e arranjos exteriores do loteamento nº 40.007/1998, em Vale Matanças - Santiago do Cacém** ----------

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém ----------

REFERÊNCIA: Processo nº 2020/300.10.001/14 de 26-06-2020, da Secção de Aprovisionamento e Património. ----------

APRESENTANTE: Senhor Vereador Francisco de Sousa. ----------

PROPOSTA: UM – Aprovar a liberação de 10%, ou seja, liberação total, do valor 23.498,83€ (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta e três cêntimos) da garantia bancária, relativo ao 5º ano do período de garantia, sendo o valor a liberar de 2.349,89€ (dois mil, trezentos e quarenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos). ----------

FUNDAMENTOS: DE FATO: UM – Conforme consta no documento interno nº 15145 de 05-05-2026;----------
DE DIREITO: UM – nº 5 Art.º 295º, 397º e 398º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro na redação atual e respetiva legislação complementar.----------
DELIBERAÇÃO: Aprovado ----------
FORMA: Por unanimidade----------

ENTIDADE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM ----------
ASSUNTO: **Liberação total de garantia bancária e receção definitiva da empreitada de "Requalificação da Envolvente da Igreja Matriz e da Rua da Parreira, no Cercal do Alentejo"** ----------
LOCALIZAÇÃO: Cercal do Alentejo ----------
REFERÊNCIA: Processo n.º 2019/300.10.001/21, da Secção de Aprovisionamento e Património ----------
APRESENTANTE: Senhor Vereador, Francisco Sousa. ----------
PROPOSTA: UM – Aprovar a liberação de 10% do valor da garantia bancária inicial 59.881,07€ (cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um euros e sete cêntimos), relativo ao 5º ano do período de garantia, sendo o valor a liberar de 5.988,11€ (cinco mil, novecentos oitenta e oito euros e onze cêntimos). ----------
FUNDAMENTOS: UM – Conforme consta no documento interno nº 15770, de 07/05/2026;-
DOIS – nº 5 do Art.º 295º, Art.º 397º e 398ºdo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro na redação atual e respetiva legislação complementar. ----------
DELIBERAÇÃO: Aprovado. ----------
FORMA: Por unanimidade. ----------

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM.----------
ASSUNTO: **Atribuição do Lote n.º 17, sito no Loteamento Municipal da Zona Industrial Ligeira, Expansão 0, em Vila Nova de Santo André**. ----------
LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André. ----------
REFERÊNCIA: Processo n.º 2026/300.50.200/13, de 21 de maio de 2026, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. ----------
APRESENTANTE: Senhora Vereadora Teresa Serrão Gonçalves. ----------
PROPOSTA: UM – Atribuir, por acordo direto, em regime de direito de superfície, ao empresário em nome individual, o Sr. Pedro Leitão Bignolas Mira da Silva, o lote nº 17, com a área de 522,93 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4 458º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob a ficha n.º 02743/190495, da Freguesia de Santo André, do Loteamento Municipal da ZIL, Exp. 0, para o exercício da sua atividade tendo como objeto a construção de um edifício destinado a desenvolver a atividade de fabricação de outras obras de madeira, que corresponde ao CAE Principal – 16281, atividades de criação de artes visuais, atividades de design gráfico e de comunicação visual, atividades de design de interiores e fabricação de mobiliário de madeira

para outros fins, a que correspondem aos CAE´s Secundários 90120, 74120, 74130, 31004, respetivamente. ----------

DOIS – O Lote será atribuído em regime de direito de superfície, por acordo direto, pelo valor de 1,01€/m2 o que perfaz o valor de 528,16€/anuais de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. ----------

TRÊS – Aprovar a Minuta do Contrato Promessa para Constituição do Direito de Superfície, o qual deverá ser celebrada no prazo de 10 dias após a notificação para o efeito. ----------

Documento que é dado com reproduzido na presente Ata, com o número oitenta e oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário Substituto da Reunião.----------

FUNDAMENTOS: UM – Segundo a Memória Descritiva e Justificativa, de 12 de julho de 2004, o Lote nº 17 destina-se a ser anexado ao Lote nº 7, pois não tem autonomia própria e saída para a via pública. O Sr. Pedro da Silva é detentor do Direito do Superfície do Lote nº 7, sito no Loteamento Municipal da ZIL, Exp. 0, em Vila Nova de Santo André, por escritura datada de 25 de fevereiro de 2026. ----------

DOIS – De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente. ----------

TRÊS – Conforme o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais do Município de Santiago do Cacém. ----------

OBSERVAÇÕES: A Senhora Vereadora Cláudia Estêvão considera que faz sentido esta atribuição, uma vez que o lote não tem acesso, mas da minuta consta ainda o nome do antigo Presidente da Câmara.----------

DELIBERAÇÃO: Adiar para a reunião de câmara de dois de julho de dois mil e vinte e seis. ----------

---

ENTIDADE: S.C.S. – SOCIEDADE DE COMBUSTÍVEIS DE SANTIAGO LDA.--------

ASSUNTO: <u>Transmissão e Alteração do Objeto do Direito de Superfície dos Lotes n.ºs 29 e 34, sitos no Loteamento Municipal da ZIL, Exp. 0, em Vila Nova de Santo André.</u>---

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André. ----------

REFERÊNCIA: Processo n.º 2025/300.50.200/1, de 06 de janeiro de 2025, do Serviço de Aprovisionamento e Património, da Divisão de Administração Geral e Financeira. ----------

APRESENTANTE: Senhora Vereadora, Teresa Serrão Gonçalves.----------

PROPOSTA: UM - Autorizar a empresa S.C.S. –Sociedade de Combustíveis de Santiago Lda, a transmitir o direito de superfície que incide sobre o lote n.º 29, com a área de 1. 080,00m², sito na Z.I.L. Exp. 0, em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 6400º e descrito na CRCPCA sob a ficha nº 2755/19950419, e sobre o lote n.º 34 com a área de 540,00m², sito na Z.I.L.,Exp.0,em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 7067º e descrito na CRCPCA sob a ficha nº 2760/19950419, ambas da freguesia de Santo André, para a empresa "Progresso Pomposo – Unipessoal, Lda". ----------

DOIS – Aprovar a alteração do objeto do direito de superfície do lote n.º 29, sito no Loteamento Municipal da ZIL, Exp. 0 de "Comércio e Serviços", e do lote n.º 34, sito no Loteamento Municipal da ZIL, Exp. 0de "Armazém de revenda de material desportivo", ambos para a "Atividade de Comércio a Retalho" com o CAE47122 – R4.----------

TRÊS–Deve o requerente apresentar no prazo de 30 dias após a celebração da respetiva escritura, cópia da mesma, no Serviço de Aprovisionamento e Património. ----------

FUNDAMENTOS: ----------

a) De acordo com o solicitado pela requerente; ----------

b) Conforme condições de constituição do direito de superfície; ----------

c) Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovado ----------

FORMA: Por maioria, com seis votos a favor, do Senhor Presidente Bruno Gonçalves Pereira, do Senhor Vereador Francisco de Sousa e da Senhora Vereadora Teresa Serrão Gonçalves, eleitos do STC, e do Senhor Vereador Albano Pereira, da Senhora Vereadora Sónia Gonçalves e do Senhor Vereador Fábio Pereira, eleitos da CDU. ----------

Uma abstenção, da Senhora Vereadora Cláudia Estêvão, eleita do CHEGA. ----------

---

Foi deliberado por unanimidade, aprovar em Minuta, cada uma das deliberações constantes desta Ata, nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação atual. ----------

---

E não havendo mais assuntos a tratar foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas doze horas e trinta e quatro minutos. ----------

---

Desta Reunião se lavrou a presente Ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Bruno José Peixoto Gonçalves Pereira e por mim, Pedro Alexandre dos Santos Pires, Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, exercendo as funções de Secretário Substituto.----------

O Presidente da Câmara Municipal

O Secretário Substituto da Reunião